



PERMANENT MISSION OF PORTUGAL TO THE UNITED NATIONS

DISCURSO

DE

SUA EXCELENCIA A SENHORA PRIMEIRO MINISTRO DE PORTUGAL

D. MARIA DE LOURDES PINTASILCO

Fundação Cuidar o Futuro
PERANTE A XXXIV SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

DAS NAÇÕES UNIDAS

1 DE OUTUBRO DE 1979

Senhor Presidente,

Permita-me que comece por felicitá-lo pela sua eleição para a Presidência desta Assembleia Geral. Conhecemos a sua carreira, e o prestígio que a rodeia, a sua experiência e os seus conhecimentos, porque o Governo Português teve várias vezes já, nos últimos anos, a honra e o prazer de trabalhar e de colaborar consigo. É, por isso, para nós, motivo de especial alegria saber que poderemos contar, no exercício dessas suas novas funções, com a inteligência do seu conselho e da sua orientação. A sua escolha exprime, também, o respeito e a consideração da comunidade internacional pelo país que representa, com o qual o meu mantém estreitos laços de amizade e de solidariedade, que me é muito grato reafirmar aqui.

Queria também manifestar o nosso reconhecimento e o nosso apreço pelo seu antecessor, o Embaixador Indalecio Llevano, que revelou, nesse cargo, uma vez mais, as suas altas qualidades de diplomata e de homem de Estado.

Desejaria ainda evocar, neste momento, a memória do Presidente Agostinho Neto, de Angola, cujo recente e inesperado falecimento tornou mais pobre África e a família das nações que se exprimem em português. Ao prestar-lhe sentida homenagem, associo-me ao luto do povo angolano, que, certamente, saberá prosseguir a obra de consolidação nacional que o Presidente Neto vinha cumprindo com lucidez e determinação.

Senhor Presidente,

É para mim particularmente significativo poder dirigir-me a esta Assembleia, no limiar da década de 80.

É certo que os calendários podem ser considerados como meras convenções, a pontuarem a rotina da continuidade.

X - up - Mas podem ser, também, ^{ruptura} rotura dessa continuidade, marcos a alertarem-nos para a novidade dos instantes, para a irrupção da história inédita, para o devir que a acção dos homens e dos povos modela e cria.

Estimulam-nos, assim, a encarar novas metas, a utilizar outras metodologias, a libertar-nos da ganga dos sedimentos acumulados.

São um convite a conceber alternativas viáveis e a optar corajosamente por aquelas que servem todos os homens e o homem em todas as suas dimensões.

São, basicamente, desafio ao inconformismo e à imaginação, quando se esgotaram as linhas esboçadas na projecção do já adquirido e se avolumam as interrogações e perplexidades.

Com a década de 80, o futuro invade-nos, sacode o presente a que estamos acomodados, interpela-nos sobre os traços deixados na história e interroga-nos, sem transigência, sobre o destino que antevemos e preparamos. O encontro com a nova década é, assim, o encontro com a possibilidade de um projecto comum da humanidade.

../..

Mudança qualitativa da Assembleia Geral

É nesta perspectiva que olhamos a agenda desta sessão da Assembleia Geral.

A ordem do dia cobre, é certo, pontos que vêm sendo discutidos desde há vários anos. Não fora a gravidade das situações, a que dizem respeito, e poderíamos quase dizer que a Assembleia Geral se auto-satisfaz num cerimonial repetitivo de intenções e preocupações.

Mas sabemos que não é assim. Por um lado, a frieza dos pontos da agenda é como que o pudor da comunidade que somos, face à tragédia da nossa própria condição e à imensa dificuldade de a ela fazermos face de forma criadora. Há, em cada ponto, realidades humanas — das pessoas, dos grupos, das nações, do mundo — que ultrapassam a espessura da máquina burocrática em que todo o sistema tende a submergir e a neutralizar o que é vivo e vital.

Por outro lado, a Assembleia Geral tem, hoje, condições para colocar, de forma radicalmente nova, velhas questões, problemas adormecidos ou latentes.

Foram-se acumulando, nos últimos anos, factos e acontecimentos que a Assembleia Geral analisou, resoluções a que deu forma e que adoptou. Põe-se, inevitavelmente, a questão de saber se o impacto da Organização, como livre associação de Estados soberanos, instância política última no plano internacional, se produz apenas em termos exponenciais do crescimento das suas palavras, declarações, resoluções, convenções, mecanismos institucionais de execução.

É nossa profunda convicção que esses esforços cumulativos das várias acções passadas das Nações Unidas se traduzem num salto qualitativo de funcionamento do sistema e — o que é mais importante — de consciência solidária da comunidade mundial.

A Assembleia Geral está, julgamos, em condições de funcionar como lugar de cristalização do já adquirido e, simultaneamente, como manifestação, ainda balbuciante, mas já audível, de uma nova expressão da solidariedade mundial.

Para tanto, é indispensável que nela convirjam as aspirações das massas populares de todo o mundo, a reflexão que equaciona, em termos mais exigentes, a solidariedade entre os homens e os povos, a decisão que deve animar os dirigentes políticos na sua tarefa ao serviço dos povos e da paz entre as nações.

Fundação Cuidar o Futuro
* O sedimento da década de 70 na C.N.U. *

Ao tentar enunciar, em termos muito sumários, o que me aparece como sedimento da década de 70, no quadro do sistema das Nações Unidas, deixo deliberadamente de lado os numerosos pontos da agenda que mereceriam, só por si, uma intervenção no plenário. A delegação do meu país não deixará de, nas comissões respectivas, sobre eles especificamente intervir.

X-a-

Noto, entre outros, ^a as situações em Chipre e no Sudeste Asiático; as iniciativas para a desnuclearização da África, Médio Oriente e Ásia do Sul; os passos necessários para o estabelecimento de uma nova ordem internacional da informação; a realização da Conferência Mundial para o Desarmamento; e, bem assim,

as diversas questões relacionadas com a condição da mulher, nomeadamente a preparação da próxima Conferência Mundial em 1980, integrada na Década das Nações Unidas para a Mulher e a elaboração da Convenção para a eliminação da discriminação contra a Mulher.

(Que me seja permitido afirmar, em relação a este último ponto, que o inegável progresso verificado no mundo, quanto à participação de algumas mulheres em postos-chave de tomada de decisão política, não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está, ainda, longe de poder contribuir, em plena igualdade de direitos e de oportunidades, para a criação dos novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto carece).

✻ A Carta da O.N.U., código de conduta ✻

Fundação Cuidar o Futuro

Neste fim de década, somos levados a encarar a nossa adesão à Carta da O.N.U., não como uma afirmação de princípio rígido e imutável (e, por isso mesmo, abstracta e desligada do real), mas como um código de conduta enriquecido, na sua interpretação, com os elementos de experiência vivida e de elaboração teórica da década de 70.

Consideramos que, em cada estádio da história das relações internacionais, novos tipos de direitos e correlativos deveres, bem como regras cada vez mais aperfeiçoadas do comportamento, se consubstanciam, para darem renovado vigor e interpretação mais ampla aos princípios que a Carta afirma.

Na década de 70, profundas transformações da ordem social e económica vigente entre os povos, bem como o carácter inusitado de não poucos conflitos, mostraram que o código de conduta, contido na Carta, vincula todas as Nações, grandes ou pequenas, poderosas ou fracas, levando umas a reconsiderarem a fraqueza da sua força e outras a medirem a força da sua fraqueza.

Neste contexto, a "declaração relativa aos princípios do direito internacional, no que diz respeito às relações amigáveis e à cooperação entre Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas" (res. 2625 (XXV)), bem como a "Carta dos direitos e deveres económicos dos Estados" (res. 3281 (XXIX)), são exemplos claros do enriquecimento do código de conduta que a Carta permite. E) E)

A preocupação crescente em todo o sistema e a experiência dos últimos anos, tendente a transformar as posições antagónicas em plataformas de concertação, capazes de negociarem pelo diálogo e pelo esclarecimento mútuo, veio substituir, à tirania do voto, a prática cheia de sabedoria do consenso.

O que está em causa, numa tal evolução, é a passagem gradual do jurisdismo à prática da convivência e da solidariedade.

A C.N.U. e as questões políticas

Através dos esforços para a concertação, deixou-nos, também, a década de 70, no quadro da C.N.U., um recorte mais nítido do que costuma chamar-se "questões políticas".

Com efeito, a esta Assembleia Geral se referem dois órgãos fundamentais do sistema, ambas fontes de tratamento de questões políticas: o Conselho de Segurança e o Conselho Económico e Social.

Num se concentra a sede da avaliação das relações de forças no mundo e a tentativa de resolução pacífica dos grandes conflitos. Fácil é verificar que as grandes questões, que têm sido levantadas no Conselho de Segurança, a que o meu país tem a honra de pertencer, têm que ver, não só com a dimensão propriamente política dos acontecimentos, mas também com a grande problemática da injustiça social no mundo e com as condições infra-humanas de existência de grande parte da humanidade.

Paralelamente, se o Conselho Económico e Social trata especificamente das questões que dizem respeito à economia, à ciência, à cultura, à informação, numa palavra, ao social na sua acepção mais globalizante, tão pouco as podemos deixar no limbo aparente das questões não-políticas.

A resolução 197 (XXXII) desta Assembleia Geral, que passou a exigir às agências especializadas do sistema, o cumprimento imediato das resoluções da Assembleia Geral, não deixou, a esse respeito, ^{espaço para} quaisquer ambiguidades.

X
- espaço para -

Os problemas de ordem económica, social e cultural, têm uma dimensão política cuja sede de tratamento adequado é a Assembleia Geral.

Não são estas afirmações apenas resultado de uma interpretação dada ao "político" no interior do sistema das Nações Unidas, nem de uma politização inadequada de todo o sistema.

É que esta década confirmou, de forma inequívoca, que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas.

x - Da tomada de consciência de países produtores de matérias primas tornando, de forma dramática a sua independência económica garante da independência política, à mais cautelosa afirmação da independência económica dos países que a industrialização parecera tornar politicamente incólumes e invulneráveis, uma profunda evolução teve lugar.

A tal ponto se ligam os dois vectores que nos podemos perguntar que critérios fundamentam, hoje, a verdadeira independência. Estaremos já numa fase de troca económica, que transcende o Estado-Nação, diminuindo porventura a sua força política? E, se assim é, que salvaguardas pode encontrar o Estado-Nação para garantir a sua própria autonomia, a liberdade das suas escolhas e opções?

Enredados em mercados cada vez mais amplos, somos invadidos por modelos que nos são alheios, por aspirações que se situam a outras latitudes. A grande empresa é a de emergirmos, em plena afirmação de autonomia de cada povo, da teia de relações, cada vez mais complexa e contraditória, que o "mercado mundial" implica, ligando politicamente os estados uns aos outros.

✻ A O.N.U. e os caminhos do desenvolvimento ✻

O que acabo de afirmar tem que ver com outro importante sedimento da década de 70: tornou-se clara a vacuidade política - entendamos a inutilidade

para a boa relação entre os homens e para a sua felicidade — da ciência e da tecnologia, quando não estão postas ao serviço do desenvolvimento.

É na relação do homem com o seu enquadramento natural e cultural, com o seu espaço e a sua história, que se encontra o seu potencial de transformação. É aí que se podem erguer as barreiras impedindo o modelo único, e que se devem criar, sobretudo, as expressões da cultura — de modo de viver e de ser — com a pujança necessária para estimular as tecnologias mais apropriadas, os sistemas económicos mais flexíveis, a afirmação de soberania mais rigorosa e mais tolerante.

Ora, um tal processo de desenvolvimento não é compatível com as limitações económicas, tantas vezes impostas do exterior, fixando taxas de inflação, de desemprego, quando não também o próprio aumento da riqueza.

Constrangimentos deste tipo criam, afinal, no seio de regiões inteiras ou na vida de um povo, a fixação irreversível, a médio ou longo prazo, do tipo de actividades científicas, técnicas, comerciais, impedindo-as de estarem verdadeiramente ao serviço dum povo e da sua cultura. São, assim, a negação do próprio desenvolvimento.

Por isso se pode dizer que, hoje, a ciência e a tecnologia são, muitas vezes, o cavalo de Troia da dominação. Se podem veicular uma certa racionalidade que permite uma linguagem comum, podem também provocar a desintegração do tecido social. Para que se tornem instrumentos do desenvolvimento, é necessário desa

liar o trabalho científico e técnico que, por uma concepção irrealista de "pureza" científica, se subtrai muitas vezes aos movimentos sociais do mundo em que se insere.

O reforço dos valores culturais é, hoje, a linha por onde passa necessariamente toda e qualquer estratégia de verdadeira independência nacional. É isto não apenas na salvaguarda legítima da soberania de cada povo, mas na defesa de uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade, mais capaz de enfrentar os problemas com a contribuição própria de cada cultura e de cada povo.

Tal tem sido, dentro do sistema das Nações Unidas, a obra sistemática das suas agências especializadas e, de forma singular, da UNESCO, de cujo Conselho Executivo me honro de fazer parte.

Fundação Cuidar o Futuro

O desenvolvimento que procuramos para todos os povos é, assim, um desenvolvimento endógeno. Não se trata de um desenvolvimento em vaso fechado, na busca de uma qualquer raiz mítica que, subitamente, desse origem a uma nova ciência e a uma nova técnica. Não. Trata-se de respeito pelo ritmo de crescimento de cada região, do melhor aproveitamento das suas matérias primas, da percepção das correlações entre o homem e a natureza, entre o presente e a história feita ou por fazer. Trata-se da capacidade de uma sociedade dada fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua, com as técnicas e os materiais que são os seus. Trata-se da via original de cada caminho histórico.

← Direitos dos Homens, direitos dos Povos →

Estabelece-se, finalmente, neste fim de década, uma relação mais clara entre os direitos individuais e os direitos dos povos.

Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados. Dizem respeito à liberdade e às garantias fundamentais da pessoa humana, à informação objectiva e à capacidade de usufruir dos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura. Dizem respeito, sobretudo, à possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao mundo natural e organizado, que não fez, o gesto pessoal que é a própria cultura-em-movimento — direito a ser diferente e a exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direito à satisfação das necessidades básicas que a preservam.

Mas não são estes direitos satisfeitos em todas e quaisquer situações. Eles têm que ver com os direitos dos povos.

Direito inalienável de soberania sobre o território — como sempre se considerou — mas direito também (e não menos importante) sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que lhes dão a fisionomia própria. Direito a estabelecerem a sua própria estratégia de desenvolvimento, os contornos das suas escolhas políticas, e os limites da sua própria actuação.

Direitos de todos a não serem meros subalternos, que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional.

Quanto parece inútil o esforço dos que, no interior de cada sociedade, trabalham e lutam por um futuro melhor, por eles desenhado e querido, e que se vêem objecto de um jogo de xadrez cujas regras desconhecem e não podem influenciar!

É neste contexto que aparece, na sua total falta de lógica, a corrida aos armamentos. Face a um mundo que é entrópico em todas as dimensões, são questões de mera sobrevivência, mais ainda do que considerações de ordem moral, que postulam o desarmamento.

- Direito à Paz -

Digamo-lo com clareza: não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são "desviados" para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos. Tão pouco, o desarmamento pode ser visto como uma intenção piedosa que impedisse o deflagrar de uma guerra mundial.

A corrida aos armamentos provoca a guerra, hoje. Desde a II Guerra Mundial até hoje tiveram lugar, no mundo, mais de 125 guerras, que envolveram directamente mais de 60 países e indirectamente mais de 80. Não podemos deixar de denunciar que tais guerras parciais funcionam como "reguladoras" da perpetuação do sistema em que o recurso à violência é a norma dominante.

Dáí que Portugal, respeitando, embora, as alianças que inquebrantavelmente honra, deseje — e deve afirmá-lo — que se caminhe para o desarmamento global e controlado.

Reconhecemos, é certo, a complexidade e melindre das negociações de desarmamento e não esquecemos o legítimo direito dos Estados de garantir a sua segurança. Afirmamos, no entanto, o imperativo moral — e também pragmático — de se criar o espírito e os mecanismos adequados em ordem a substituir a latente hostilidade que, hoje, separa vastas áreas do globo, por um ambiente de confiança e mútuo respeito. Só assim se conseguirá transferir, para objectivos de progresso humano, larga parte dos recursos técnicos e financeiros que a indústria de armas agora mobiliza.

Nesta perspectiva, o meu país contraiu-se com as negociações SALT entre as duas grandes potências, cuja continuação e respectivo alargamento poderão constituir significativo passo para um efectivo desanuviamento internacional. De igual modo, Portugal atribui significativa importância às iniciativas encorajadas pela Organização, no sentido de serem estabelecidos esquemas regionais de segurança, conforme ocorre com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

← Direito à Pátria →

A consciência crescente da complexidade em que se insere a luta pelos direitos dos povos — de todos os povos — leva-nos a referir, com particular inquietação, a situação no Médio Oriente.

Ligado, pela história e pela cultura, aos povos afectados, o meu país tem, por repetidas vezes, insistido na necessidade de ser encontrada uma solução global, justa e duradoura, que garanta a todos os Estados da área o direito à existência e à paz, dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas, conduza à retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967, bem como ao desmantelamento dos colonatos que ali erigiu, e assegure a concretização efectiva dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, injustamente fracturado numa diáspora tantas vezes marcada pelo sangue, perseguição e desespero.

Portugal — que presidiu recentemente à Comissão do Conselho de Segurança sobre os aldeamentos israelistas nos territórios Árabes Ocupados — deseja deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da gente palestina para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria a que livremente se acolha e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.

Direito à Auto-determinação

Das diversas tarefas que as Nações Unidas têm cumprido, para assegurar um efectivo exercício dos direitos fundamentais dos povos, a descolonização e a defesa do direito de auto-determinação têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades da efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem, porém, algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na África Austral, onde, na Namíbia e no Zimbábue, persistem ordenamentos políticos ilegais que, não só têm impedido a livre auto-determinação das respectivas populações, como ainda estão

na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade.

Espera o Governo Português que os esforços diplomáticos empreendidos, no quadro das Nações Unidas, para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia, possam, em tempo breve, conduzir à independência deste país, no inteiro respeito das respectivas unidade e integridade territoriais, e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas.

Paralelamente, porque conhecemos, por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, temos a esperança de que, na presente Conferência de Londres, se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbábue a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem injustas tutelas de minorias internas.

Outro aspecto da mesma realidade negativa prevalecente nesta área, revela-se na continuação do sistema do "apartheid", de que o recente estabelecimento de mais um "bantustão" — significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores — constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores rácicos, reitera, com firmeza, a sua condenação desta prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das Nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano.

..//..

Também a um outro povo — o de Timor Leste — este directamente ligado pela história ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pode até agora, exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a consciência internacional de modo a que, rapidamente, se encontrem condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste.

✧ Direito ao Património Comum da Humanidade ✧

Paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, vem emergindo, com maior clareza, o imperativo de se criar e consolidar um direito que procure dar expressão legal e equitativa à presente interdependência das Nações, no plano do aproveitamento e defesa dos factores ecológicos e dos recursos físicos da Humanidade.

A incorporação, numa futura convenção relativa ao direito do mar, de princípios como o do "património comum da humanidade" e de um sistema de exploração de uma importante área marítima baseada em tal princípio; a procura de soluções jurídicas visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos à escala mundial ou regional fornecem, de facto, precedentes de grande alcance para o futuro das regras que deverão reger as relações internacionais, e são um passo positivo na construção de uma nova ordem mundial. Foi nes

te espírito que o Governo Português propôs Lisboa para sede de uma das instituições que venham a ser criadas como resultado da futura Convenção, dispondo-se a contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para a realização de uma ordem marítima mais justa.

✓ No limiar da década de 80 ✓

Senhor Presidente,

A reflexão sobre o sedimento que os anos 70 nos deixaram, leva-nos a olhar com esperança a década de 80 que se avizinha.

A grande tarefa dessa década é, em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que transcenda os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização, mais ou menos tecnocrática, dos sistemas de trocas económicas e comerciais entre as nações. A esse nível, urge descobrir atitudes mentais arriscadas e imaginativas e transformações estruturais capazes de integrar factores que a época de domínio da ideologia industrialista deixou de lado.

Em duas frentes são necessárias tais atitudes e transformações.

✓ Novos modelos para as sociedades industrializadas ✓

Trata-se, em primeiro lugar, da descoberta de novos modelos para as sociedades post-industrializadas. Contrariamente a certas ideias, generosas no curto prazo, mas malthusianas no médio prazo, pensamos que é hoje indispensável à evolução da humanidade o contributo específico dos países ricos e altamente in-

ustrializados. Tal como a máquina a vapor iniciou uma nova compreensão dos fenômenos da energia e do trabalho, também hoje se requer não necessariamente a descoberta material de algo de novo mas a percepção conceptual de uma matriz de convivência humana, de relações socio-culturais e de decantação das aquisições mais significativas da época da industrialização.

Tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais, que se situam num registo diferente do do mero crescimento económico.

É nossa profunda convicção que aí se situa o contributo vital que os países ricos podem dar ao mundo, nesta fase de civilização em que nos encontramos. Certos movimentos, ainda que relativamente marginais, quer no domínio da técnica (em particular da energia) quer no domínio das relações humanas (especialmente os movimentos feministas) apontam nessa direcção. Há que pôr a ênfase nas descobertas de natureza humana e social, para além das descobertas da ciência e da técnica.

Maior pragmatismo para os países pobres

Não é menos radical nem menos exigente a mudança de atitude que a Nova Ordem Económica Internacional supõe, da parte dos países pobres. Havemos de cultivar uma maior capacidade de diálogo, sem quebra da firmeza, na defesa de posições justas; havemos de enveredar por um sã pragmatismo que não fique cerceado, à partida, pelo radicalismo verbal em que se escoia muitas vezes a nossa impotên-

cia. Haveremos, sobretudo, de re-descobrir que uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das "concessões" dos ricos que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna.

Temos perdido toda a força de diálogo no concerto das nações quando, ao pretender uma ordem internacional mais justa, com ela estivermos a construir uma ordem interna mais injusta.

✓ Nova solidariedade mundial ✓

Poderemos, desde já, afirmar que a expressão tão frequentemente usada de "solidariedade mundial" traduz uma nova sensibilidade da "cooperação internacional" e implica um novo tipo de relacionamento entre os povos e as nações. Não pode continuar o injusto desaproveitamento de vastas capacidades criadoras de muitos povos que, vegetando no limiar da sobrevivência, se encontram ainda longe do património acumulado do conhecimento intelectual, científico e tecnológico da Humanidade.

Para podermos avançar em direcção a objectivos de desenvolvimento humano, paz, segurança, e equidade económica, não poderemos esquecer a difícil realidade objectiva que, nos diversos domínios, compõe o mundo concreto e fracturado dos nossos dias; nem, tão pouco, iludir a constatação de que a Comunidade das Nações se encontra ainda afastada — no espírito, na prática e até no ânimo — de um quadro, mesmo que modesto, de boa vontade.

Se, sabemo-lo bem, para pouco contribuirão aqui idealismos excessivos, consideramos que existe um largo e possível campo de convergência de interesses e vantagens que poderá permitir, em clima de flexibilidade e transacção, começar a dar corpo às legítimas aspirações de uma vida internacional mais justa e estruturada.

É, precisamente, esta tarefa decisiva que o presente período parece impôr às Nações Unidas. Evitando isolamentos ou radicalizações, cabe-lhe criar os mecanismos de encontro e discussão, aperfeiçoar os sistemas e regras que os estruturam e lhe dêem força concreta, dinamizar e concertar as vontades políticas que possibilitem os seus progressos, proceder ao exame crítico dos modelos de desenvolvimento presentes ou propostos.

Cabe, assim, à Organização das Nações Unidas assumir o desafio deste novo período, sob pena de ficar marginalizada e impotente perante a tarefa histórica que hoje se abre à lucidez e sabedoria das nações.

A linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável, já que — conheçam-no com clareza uns e outros — a alternativa nem é moralmente limpa, nem tão pouco tranquilizadora. Por isso, a consciência da necessidade de um novo ordenamento internacional — do político ao económico, do social ao cultural — embora ainda no começo, vai ganhando amplitude. E, nem por tratar-se de um objectivo distante, quase na vertente da utopia, deveremos abandoná-lo ou dele desistir: também outras batalhas encetadas por esta Organização — como a descolonização — pareciam, no início, impossíveis ou insensatas, pouco mais que meras

apostas no futuro.

— O rosto moral do relacionamento entre as nações —

O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos — pacientemente — desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida, o rosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações.

Nele se definirá o perfil do homem dos tempos novos, capaz de justificar a esperança na construção de um novo momento na civilização humana.

Fundação Cuidar o Futuro

Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.

Venho de um país pobre e pequeno, de um país que, desde 25 de Abril de 1974, liga indissoluvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo.

../.

Longe vão os séculos em que Portugal viveu essa solidariedade pelos mares e continentes fora. Hoje, levantadas as ambiguidades da história já passada, é na sua vida quotidiana, no espaço e lugar que são os seus, que o meu país vive, experimenta e constroi, a sua parte da nova solidariedade mundial, ainda em gestação.

Não admira, por isso, que um dos seus poetas contemporâneos assim exprima, metafóricamente, a ligação do povo português à humanidade inteira. Permita-me, Senhor Presidente, que termine lendo, como um testemunho e um voto para a comunidade mundial, esse poema:

A minha aldeia

Minha aldeia é todo o mundo,
Fundação Cuidar o Futuro
Todo o mundo me pertence

Aqui me encontro e confundo
com gente de todo o mundo
que a todo o mundo pertengo.

Bate o sol na minha aldeia
com várias inclinações.
Ângulo novo, nova ideia;
outros praus, outras razões.
Que os homens da minha aldeia
são centenas de milhões.

Muito obrigada, Senhor Presidente.